

IMPEDIDOS DE ENTRAR EM *WAKANDA* - Reflexões sobre Parditude, Manifestações Midiáticas e Desafios de Pertencimento¹

Beatriz BUENO²

Ericson SAINT CLAIR³

Universidade Federal Fluminense, Rio das Ostras, RJ

Resumo

Este estudo aprofunda a complexidade da identidade das pessoas pardas, investigando como diferentes manifestações midiáticas refletem a experiência contemporânea de não pertencimento vivida pelos pardos no Brasil. A pesquisa adota uma abordagem mista, combinando revisão bibliográfica e estudo de caso, para examinar, especialmente no âmbito do cinema e das redes sociais, as nuances e desafios que essa comunidade enfrenta ao buscar uma identidade autêntica e ao superar as barreiras simbólicas e institucionais que surgem no contexto sociocultural atual.

Palavras-chave: Parditude; Miscigenação; Pantera Negra; Representatividade; Teoria da Comunicação.

Considerações Iniciais

A relevância da representatividade de grupos historicamente marginalizados na indústria de entretenimento tem sido objeto de discussão por diversos pesquisadores no campo da comunicação. Além disso, essa questão também ganhou destaque e se tornou um tema amplamente debatido por comunidades negras, LGBTQIAPN+, pessoas com deficiência e outros segmentos sociais sub-representados. A filósofa e ativista negra Sueli Carneiro reforça a importância das representações positivas ao nos lembrar que “o tempo todo nos indicam um lugar social como se ele tivesse inscrito na nossa identidade, como se fosse um lugar essencializado” (CARNEIRO, 2019). A escritora feminista Rupi Kaur também contribui significativamente para a compreensão da relevância dessa pauta ao utilizar uma metáfora que ilustra o conceito: "A representatividade é vital. Sem ela a borboleta, rodeada por um grupo de mariposas,

¹ Trabalho apresentado no Intercom Júnior – IJ 08 – Estudos Interdisciplinares da Comunicação do 46º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, realizado de 29 a 31 de agosto de 2023 - etapa remota.

² Estudante de Graduação do Curso de Produção Cultural do IHS - UFF, email: beatrizbueno@id.uff.br

³ Orientador do trabalho. Professor do Curso de Produção Cultural do IHS - UFF, email: ericsonsaintclair@gmail.com

incapaz de ver a si mesma, vai continuar tentando ser mariposa" (KAUR, 2017).

Em 2018, o lançamento do filme *Pantera Negra*, dirigido por Ryan Coogler, foi muito significativo devido ao seu impacto social, gerado por uma representação positiva da cultura africana ante uma produção *mainstream*. Recebeu sete indicações na 90ª edição do Oscar e ganhou em três delas. O filme também entrou na lista das 10 maiores arrecadações cinematográficas da história, com mais de US\$ 1.344 bilhão em bilheteria ao redor de todo mundo. A obra cinematográfica apresenta um elenco predominantemente composto por atores negros, enquanto sua trama, assim como todo filme de herói, centra-se na narrativa do protagonista e nas adversidades que ele enfrenta. No entanto, um aspecto especialmente relevante para a presente análise reside na ambientação ficcional do filme, que retrata a existência de uma nação africana chamada *Wakanda*. Uma nação notavelmente próspera e avançada tecnologicamente, cujo povo nunca foi subjugado pelo processo de colonização.

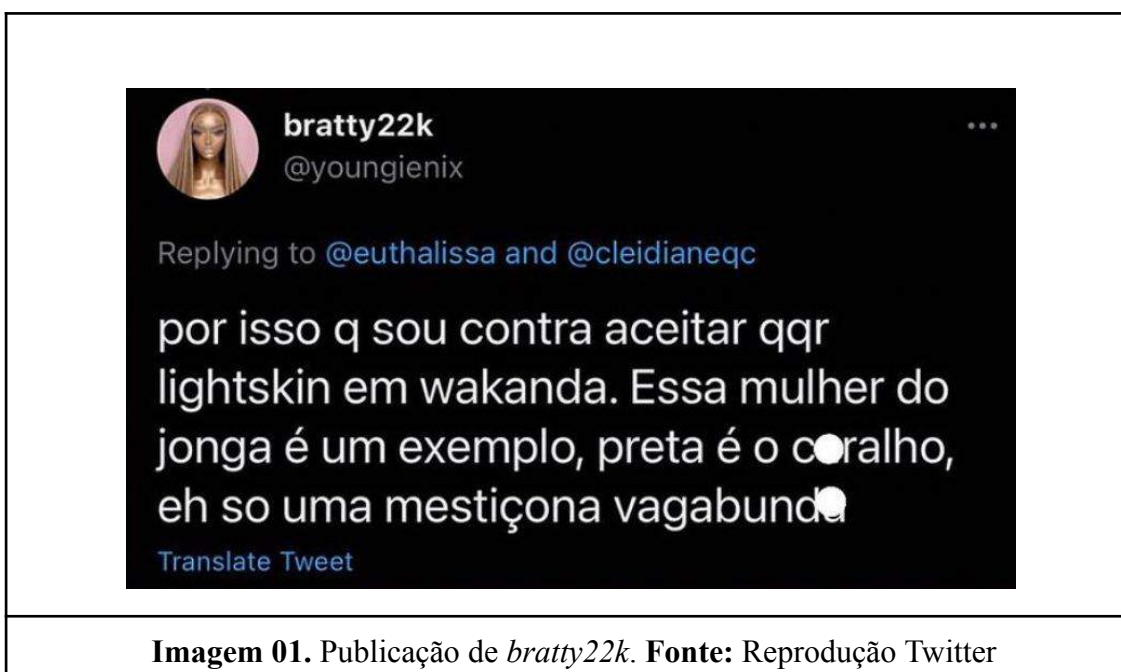
Assim como muitos debates filosóficos se afluam em nossa era tecnológica sobre as nuances entre o virtual e o real, *Wakanda*, um local fictício, constrói uma alegoria tão rica em significados para um grupo historicamente sub-representado, que se tornou parte da realidade. As mídias sociais se encheram da *hashtag* #*WakandaForever*, que inclusive deu subtítulo ao segundo filme: “*Pantera Negra: Wakanda Para Sempre*”, lançado em 2022. Falar de *Wakanda* e reproduzir a saudação que é feita no filme se tornou uma marca de união e pertencimento para o povo preto.

No Brasil, somos grandes consumidores da indústria cinematográfica estadunidense. Para além do entretenimento e das representações midiáticas, as criações teóricas, construção de sentido em geral e a cosmovisão dos “americanos” sobre a realidade e o mundo, são também produtos que o Brasil importa. Se tratando de questões étnico-raciais, o pensamento e a história preta norte-americana influenciam demasiadamente os movimentos sócio-políticos antirracistas brasileiros. Não é novidade que *Wakanda* no Brasil se tornou também um símbolo de resistência e união negra muito forte e importante.

No entanto, é pertinente destacar outro fenômeno contemporâneo associado a *Wakanda*, que merece análise aprofundada. Observa-se atualmente um movimento nas plataformas de mídia social que utiliza dessa alegoria não apenas como um instrumento de inclusão, mas como um mecanismo de exclusão, estabelecendo fronteiras para

aqueles que são considerados não pertencentes. Neste contexto estamos falando das pessoas mestiças, que atualmente ficam em uma fronteira que tem sido chamada popularmente de “limbo racial”. Esse fenômeno surge em grande parte devido à disseminação de discursos que rejeitam termos como "pardos" e outras definições de identidades bi ou multirraciais. A apropriação, por parte de indivíduos brasileiros, da simbologia de uma cidade fictícia africana, na qual os personagens possuem fenótipos negróides em totalidade, tem o efeito de trazer à tona e evidenciar quem são os negros brasileiros socialmente aceitos ao se conectar e ter orgulho em relação às suas raízes africanas. E quem são estes outros indivíduos que não são "suficientemente negros" para desfrutarem deste mesmo direito.

Nas plataformas de mídia sociais, especialmente no Twitter, ao acompanhar o segmento de assuntos raciais, é comum encontrar postagens que mencionam mestiços famosos ou desconhecidos, seguidas de questionamentos como "fulano entra em Wakanda?" ou afirmações de que não entra, como no exemplo abaixo. Essas interações frequentemente envolvem exposição de fotografias, informações pessoais, discursos de ódio, ofensas e acusações de "afro conveniência" que é um termo usado para se referir a pessoas que não são nem pardas, nem negras, mas ocasionalmente tentam se beneficiar de alguma ancestralidade africana mais distante com o objetivo de aproveitar-se de políticas de reparação histórica, ou para chamar atenção, devido ao aumento recente da visibilidade da cultura negra.



O passado por trás do fenômeno

Tais manifestações podem ser interpretadas como um sintoma que tem causas enraizadas em contextos sociais que transcendem as esferas do entretenimento e das mídias digitais. Um ponto inicial de análise é a compreensão de que Estados Unidos e Brasil têm um passado racial e colonial completamente distinto. Darcy Ribeiro investigou essas diferenças e nomeou os estilos de colonização no norte e no sul da América como Gótico e Barroco:

“Dois estilos de colonização se inauguram no norte e no sul do Novo Mundo. Lá, o gótico altivo de frias gentes nórdicas, trasladado em famílias inteiras para compor a paisagem de que vinham sendo excluídos pela nova agricultura, como excedentes de mão-de-obra. Para eles, o índio era um detalhe, sujando a paisagem que, para se europeizar, devia ser livrada deles. Que fossem viver onde quisessem, livres de ser diferentes, mas longe, se possível para outro além-mar, Pacífico adentro. Cá, o barroco das gentes ibéricas, mestiçadas, que se mesclavam com os índios, não lhes reconhecendo direitos que não fosse o de se multiplicarem em mais braços, postos a seu serviço. Ao apartheid dos nórdicos, opunham o assimilacionismo dos caldeadores.” (RIBEIRO, 1995,p 33)

Por meio dessa passagem, constatamos mentalidades primordiais completamente opostas. A intenção e abordagem dos colonizadores nórdicos era pautada pela separação e afastamento dos nativos, ao passo que os colonizadores ibéricos recorriam à mestiçagem para promover seus próprios interesses na exploração do território. Essa informação, assim como toda a obra de Ribeiro em relação ao povo brasileiro, fornece uma pista importante para o atual debate: os mestiços fazem parte da história da América do Sul desde o século XVI. Embora o cruzamento de povos e culturas resulte naturalmente em mestiçagem ao longo da história humana, nesse contexto específico havia uma intenção deliberada de aumentar a população de trabalhadores por meio da multiplicação dos corpos, enquanto, na América do Norte, os colonizadores levaram suas famílias inteiras da Inglaterra e não manifestaram qualquer interesse em se misturar com o povo originário.

As mentalidades identificadas por Ribeiro como o "apartheid dos nórdicos" e o "assimilacionismo dos caldeadores" acabaram por se enraizar nas respectivas culturas de forma intrínseca. Essas dinâmicas se manifestaram durante a diáspora africana, em que a lógica de interação foi a mesma com os africanos tanto no Norte quanto no Sul.

Além disso, essas mentalidades persistiram no século XIX, período marcado pelo neocolonialismo, o qual as teorias de Darwinismo Social e racismo científico ganharam proeminência na Europa e exerceram influência global. Nos Estados Unidos, essas teorias eugenistas sustentavam um regime de *apartheid*, enquanto no Brasil embasavam um projeto de embranquecimento da população através da mestiçagem, criando políticas que incentivavam a imigração de europeus, pois acreditava-se que o Brasil já estava perdido por ser mestiço, mas que mestiços mais claros eram menos piores que mestiços mais escuros.

Em outras palavras, enquanto nos Estados Unidos o racismo historicamente opera por meio da segregação, no Brasil ele opera em meio a hibridização racial. É importante ressaltar que nenhum sistema é superior ou inferior ao outro, pois ambos se baseiam na desumanização de um grupo em prol de outro. No entanto, devido a essa discrepância, é comum que os americanos acreditem que não existe racismo aqui devido à miscigenação racial, o que resultou na triste e conhecida ideia do Mito da Democracia Racial. Similarmente, é frequente que os brasileiros afirmem que nos Estados Unidos o combate ao racismo é mais efetivo, pois lá "todos sabem quem são os negros", resultando na mobilização e conquista de direitos civis. Inegavelmente, há aprendizados mútuos entre esses contextos.

Voltando ao mestiço, nos Estados Unidos durante o *apartheid* foi criada uma lei que definia que qualquer pessoa que tivesse pelo menos um ancestral preto seria considerada preta e segregada, a Lei de uma Gota de Sangue. Além de contar com leis anti-miscigenação que proibiam casamentos e relações inter-raciais de brancos com pretos, asiáticos, filipinos e indígenas. Enquanto no Brasil, as ideologias de embranquecimento envenenaram os cérebros de negros e mestiços, que não poupavam esforços para se embranquecer e embranquecerem sua família, negando ao máximo as conexões com a africanidade. No livro *Rediscutindo a Mestiçagem no Brasil*, Kabengele Munanga apresenta uma carta de um membro pra Elite Brasileira para o ex-presidente dos EUA Theodore Roosevelt que ilustra esse momento histórico:

“Vocês nos Estados Unidos conservam os negros como um elemento inteiramente separado, e tratam-nos de maneira a influir neles o respeito de simesmos. Permanecerão como ameaça à sua civilização, ameaça permanente e talvez, depois de mais algum tempo, crescente. Entre nós, a questão tende a desaparecer porque os próprios negros tendem a desaparecer e ser absorvidos... O negro puro diminui de número constantemente. Poderá desaparecer em duas ou três gerações, no que se refere aos traços físicos,

morais e mentais. (...) No seu país foi toda a população branca que guardou a força racial de origem, mas o negro ficou, e aumenta de número, com o sentimento cada vez mais amargo e mais vivo do seu isolamento, de modo que a ameaça que representa será mais grave no futuro. Não tenho por perfeita a nossa solução, mas julgo-a melhor que a sua. (...) Penso que a nossa, a longo prazo e do ponto de vista nacional, é menos prejudicial e perigosa que a outra, que vocês nos Estados Unidos, escolheram.” (MUNANGA, 1995,p. 112)

Esses diferentes caminhos geraram maneiras singulares de compreender o mestiço euro-afro em cada sociedade. Além do fato de nos lembrarem cronologicamente o porquê a presença da mestiçagem na América Latina é muito mais notável do que na América do Norte. Este passado, fundamental nas discussões raciais, faz com que no presente nós, aqui no Brasil, tenhamos pessoas mestiças, que são filhas de mestiças, que são filhas de mestiças e os corpos e características fenotípicas se tornam muito diversos. Também nos recorda um detalhe importante: aqui essas pessoas de raça mista não se tratam apenas de descendentes de brancos e negros, mas contam também com a força da ascendência indígena. Tais elementos trazem compreensão do porquê muitos mestiços, incluídos hoje no grupo “pardos” pelo IBGE, não “entram em *Wakanda*”. Essa nação ilustra um povo isolado na África, por isso, acaba evidentemente contando com representações de personagens não mestiços e conseqüentemente não abraçando de forma eficaz a realidade racial brasileira.

O presente para além das mídias

Por mais que a miscigenação seja um tema repetido em diversos trabalhos sobre raça no Brasil, a identidade do mestiço ainda é nebulosa. Lia Vainer, em *Famílias Interraciais*, ressalta o quanto é incomum encontrar estudos que abordem os processos de construção de identidade racial dos filhos de casais inter-raciais, ou seja, dos mestiços brasileiros. Segundo ela, é ainda mais paradoxal considerar que, apesar da exaltação da ideologia da mestiçagem no Brasil, há escassez de trabalhos contemporâneos que discutam a identidade "mestiça" em relação à construção e experiência cotidiana desses indivíduos em relação aos processos de racialização. (VAINER, 2018,p.40)

Complementa trazendo a contribuição de Joyce Lopes:

“Tem sido mais recorrente discutir sobre os elementos contrários ou favoráveis à mestiçagem, os seus sentidos e rumos para as relações raciais no

país, que pautar a identidade, o fenótipo e/ou as representações sociais do/a mestiço/a de modo eminente empírico. Uma problemática tão presente e concreta quanto sustentação do discurso da mestiçagem é a do lugar geopolítico do mestiço e a sua constituição de pertencimento racial.”(LOPES apud VAINER, 2018, p. 41).

A carência dessas definições e representações sociais dos mestiços pode ser interpretada como outro dos fatores que produzem essas exposições de pardos barrados em “*Wakanda*”. Esses comentários e postagens, muitas vezes em tom violento ou pejorativo, através das mídias sociais podem parecer inofensivos sem observação crítica, porém, através de uma análise da realidade, é possível constatar que não tem a ver apenas com uma exclusão fictícia. Este fenômeno é análogo ao que tem acontecido com pessoas pardas em nossa sociedade diariamente. Os constrangimentos causados pelo questionamento da identidade de pessoas descendentes de negros e fenotípicamente ambíguas tem consequências práticas destrutivas não só para estas pessoas, mas também para organização de um movimento racial bem articulado como um todo. Pardos têm sido limitados de entrar em “*Wakanda*”, mas também de participarem ativamente de movimentos pelo fim da opressão racial no Brasil como indivíduos também vitimados por esse sistema pernicioso.

Desde 2010 o IBGE define que pardos somados a pretos representam a totalidade de pessoas negras no Brasil. Esse sistema de definição é estratégico, pois, segundo Sueli Carneiro, pretos e pardos formam um grupo que, com base nos indicadores sociais, possui condições de vida semelhantes e igualmente inferiores em comparação ao grupo branco. Por esse motivo, a categoria negra é definida hoje, tanto política quanto sociologicamente, como a soma daqueles que o censo classifica como pretos e pardos. (CARNEIRO, 2000, p. 67)

Essa é a definição usada para determinar quem tem direito às cotas raciais em concursos e vestibulares, por exemplo. Porém, é necessário observar algumas problemáticas que este sistema tem na prática. Uma delas é defendida pelo autor Reginald Daniel, ele diz que as categorias raciais no Brasil historicamente se baseiam em aparências físicas, por isso se uma pessoa se olha no espelho e se vê numa categoria intermediária, fazer com que ela passe a se ver como negra não é tão simples. Daniel entende que o movimento negro está tentando transmitir uma mensagem de unidade na luta antirracista e acredita que a estratégia faz todo o sentido, mas diz achar problemático o discurso de que, para entrar na luta antirracista, uma pessoa não possa

reconhecer uma identidade que a conecte também à brancura.(DANIEL,2016) Outra problemática é que, quando se trata de pessoas mestiças no fenótipo, a “leitura racial” pode ser diferente de acordo com contexto social, como nos aponta Nogueira:

“Onde o preconceito é de marca, como no Brasil, o limiar entre o tipo que se atribui ao grupo discriminador e o que se atribui ao grupo discriminado é indefinido, variando subjetivamente, tanto em função dos característicos de quem observa, como dos de quem está sendo julgado, bem como, ainda, em função da atitude (relações de amizade, deferência etc.) de quem observa em relação a quem está sendo identificado, estando, porém, a amplitude de variação dos julgamentos, em qualquer caso, limitada pela impressão de ridículo ou de absurdo que implicará uma insofismável discrepância entre a aparência de um indivíduo e a identificação que ele próprio faz de si ou que outros lhe atribuem. Assim, a concepção de branco e não-branco varia, no Brasil, em função do grau de mestiçagem, de indivíduo para indivíduo, de classe para classe, de região para região.” (NOGUEIRA, 1955, p. 293)

É comum nos debates raciais atuais encontrar pessoas defendendo a exclusão de pardos mais claros de concursos e vestibulares, alegando que essas pessoas são brancas através de uma interpretação pessoal, em vez de uma análise sociológica. Esses discursos frequentemente se apoiam na obra de Oracy Nogueira, uma vez que o autor concluiu que o racismo no Brasil é de 'marca', ou seja, baseado na aparência física. No entanto, essa observação crucial de seu trabalho - que ressalta que essa aparência física é interpretada de maneira diferente de acordo com diversos fatores socioculturais - é frequentemente ignorada nessas discussões, infelizmente.

Esse conjunto de informações apresentadas evidenciam que no Brasil, um indivíduo miscigenado, além de fazer parte comprovadamente da população mais vulnerável nas estatísticas, também está vulnerável a sofrer exclusão simbólica:



Imagem 02. Publicação anônima. **Fonte:** Reprodução Instagram

E exclusão institucional também, afinal, as bancas de heteroidentificação para cotas raciais, que iniciaram seus trabalhos em 2017, com a importantíssima função de barrar possíveis fraudadores, vêm também barrando muitas pessoas pardas que são

mestiças no fenótipo. Além das denúncias de supostas “fraudes” que muitos alunos pardos cotistas vem sofrendo. Como o caso de Williane Muniz, estudante de 21 anos autodeclarada parda que foi desclassificada durante a avaliação prévia de cotistas na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), a estudante tentava passar em medicina há cinco anos, conseguiu pela primeira vez em 2022 e foi frustrada pela negativa da Comissão de Heteroidentificação da UFPE.



Imagem 03. Chamado de notícia Williane Muniz. **Fonte:** Reprodução G1

Outro caso muito intrigante em que podemos ver como o racismo no Brasil é sofisticado e vai se disfarçando e se readaptando às nossas tentativas de combatê-lo foi o de Letícia Lacerda, uma mulher parda de 43 anos, ex-operadora de telemarketing, mãe e avó que foi expulsa do curso de medicina da UFSB faltando 6 meses para se formar. Em 2021 ela deu uma entrevista para o *The Intercept Brasil* contando sua história. Nessa entrevista ela conta que não era apenas uma mulher parda e periférica que conseguiu seu acesso a universidade pública com o custo alto de noites sem dormir, pouco tempo com as filhas e muito sacrifício para conciliar estudo e trabalho. Ela era também uma aluna ativista que sofria ataques e violências por suas atuações, ela contou em sua entrevista que desde o início do curso lutou pelas políticas de ações afirmativas com o objetivo de proporcionar acesso ao ensino superior público para outras mulheres, semelhantes a ela e outros segmentos sociais vulneráveis também. Ela conta que essa postura e atuação gerou desafetos, pois como o curso era majoritariamente composto por pessoas brancas, sua luta pela ampliação das cotas gerava grande insatisfação. Era evidente que, quanto maior fosse a reserva de vagas no curso de medicina para pessoas

sub-representadas, menores seriam as chances desses colegas de perfil hegemônico ingressarem nesse curso. Ela começou a sofrer ameaças de que seria denunciada e perderia sua vaga, conta que não acreditou que sua expulsão realmente pudesse acontecer. E aconteceu.



Imagem 04. Leticia Lacerda Fonte: Reprodução *The Intercept Brasil*

O fato de Leticia ter criado inimidades e desafetos devido sua atuação política na universidade e também de ter crescido em São Paulo e entrado na universidade do Sul da Bahia, expõem dois pontos importantes que Oracy Nogueira detectou em sua análise: o de que onde o racismo é de marca a afirmação de determinada pessoa está a depender também de afetos e interesses, quando ele cita as “(relações de amizade, deferência etc.) de quem observa em relação a quem está sendo identificado, estando, porém, a amplitude de variação dos julgamentos,” (NOGUEIRA, 1955, p. 293) e também a questão regional, quando diz que “ Assim, a concepção de branco e não-branco varia, no Brasil, em função do grau de mestiçagem, de indivíduo para indivíduo, de classe para classe, de região para região” (NOGUEIRA, 1955, p. 293). O Pró-reitor de Ações Afirmativas da UFSB, Sandro Augusto Ferreira fez um comentário sobre isso:

“Aqui, a questão é que Leticia cresceu em São Paulo, onde pode ser percebida como negra, mas o mesmo não acontece em um lugar predominantemente negro como o Sul da Bahia. “A literatura sobre cotas ainda não deu conta disso devidamente. Mas nos firmamos na realidade baiana”.(MORAES,2021)

Esses dois elementos também são percebidos pelas pessoas que fazem referências a *Wakanda* nas mídias sociais, como podemos ver nessas postagens:

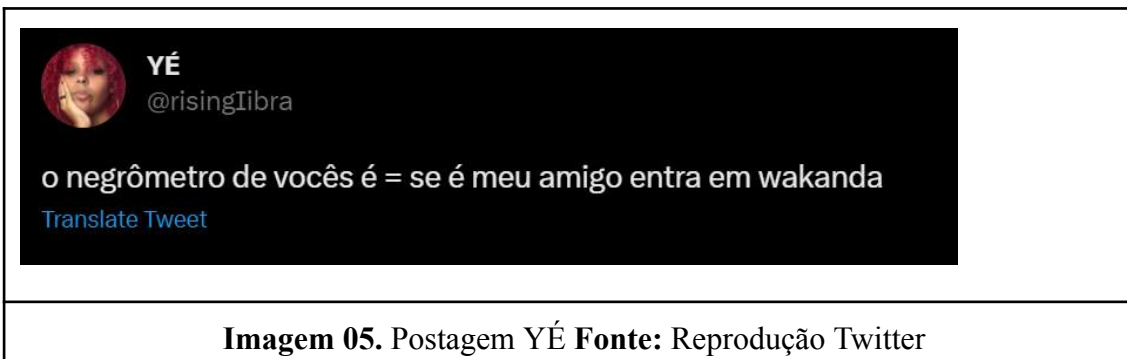


Imagem 05. Postagem YÉ Fonte: Reprodução Twitter



Imagem 06. Postagem Ijimú Fonte: Reprodução Twitter

Aqui vimos apenas dois de diversos casos de negativas questionáveis que são noticiados frequentemente em nosso país nos dias de hoje. É relevante destacar o documentário intitulado "*Dear Brown People: Autodeclarado*", lançado em 2021 que aborda histórias e registros relacionados a esse fenômeno de exclusão nas cotas. Esta produção audiovisual constitui um valioso recurso para a compreensão e exploração mais aprofundada do tema.

Por vezes, as recusas e denúncias são legítimas e visam desmascarar atividades fraudulentas. Afinal, em iniciativas de caráter beneficente, não é incomum encontrar indivíduos que buscam vantagens de maneira desonesta. Entretanto, é crucial não reduzir ou suprimir o debate sobre os direitos das pessoas pardas apenas invocando a existência de casos de fraude. Comportamentos desonestos permeiam todas as camadas e instituições da sociedade. Por isso, é urgente desenvolver mecanismos de combate à fraude que não prejudiquem ainda mais um grupo que, ao longo de séculos de história, já tem sido suficientemente prejudicado.

Uma notável contradição pode ser percebida nestes acontecimentos. O próprio surgimento das políticas de cotas e o avanço de diversas pautas voltadas aos direitos de pessoas racializadas foram impulsionados pela unificação dos grupos pretos e pardos. No Censo de 2010, cerca de 43% da população se autodeclarou como parda, enquanto somente 7,6% se reconheceram como pretos. Isso significa que a massiva presença de mestiços na população contribuiu para o progresso das agendas e direitos raciais, direitos os quais agora essas mesmas pessoas mestiças enfrentam obstáculos para usufruir.

Sueli Carneiro, em seu trabalho, frequentemente apresenta dados e estatísticas que confirmam a posição socioeconômica desfavorável dos pardos e pretos no Brasil. Entretanto, somente um dos grupos precisa expor e reviver constantemente experiências racistas para "comprovar" a validação de sua identidade. E, mesmo assim, existe o risco de que suas experiências sejam desacreditadas. Como podemos ver no recurso de Letícia Lacerda, que menciona que ela não possui características físicas típicas de uma pessoa parda, como cabelo, boca ou nariz. A cor da pele teve pouca importância no caso. A Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB) não considerou sua identificação como parda. Em seu recurso, Letícia questionou se seria classificada como branca, porém, não obteve resposta. Ela também mencionou argumentos sobre ter sofrido preconceito, descrevendo três situações detalhadamente, mas a resposta foi que ela se confundiu e que o preconceito era devido à sua condição de pobreza, mesmo que ela se esforçasse para se vestir bem. Ela também mencionou ter enfrentado preconceito no hospital durante seus estágios, onde não era reconhecida como médica, sendo muitas vezes associada a outras profissões, como cozinheira. A autora sentiu que sua própria história foi reinterpretada e comparou sua experiência a uma mulher que sofre violência e é minimizada quando alguém diz: "Ah, você está exagerando, não é bem assim", algo que ela já vivenciou no passado ao enfrentar violência doméstica.

Vale salientar que há uma questão muito relevante atacada por ativistas negros, a de que no grupo "pardos" existem pessoas negras com fenótipo dominante negroide e que se afirmam pardas devido às feridas do racismo brasileiro, tradicionalmente embranquecedor. Ainda estamos no processo de conscientizar estes brasileiros negros que negam suas origens. Mas o vasto grupo "pardos" não se resume a esses indivíduos. Existem muitas pessoas ambíguas, assim como a Williane. Pessoas diversas, com

características mistas, que não gozam de privilégio social branco e que não “entram em *Wakanda*”, pois estão em um nível de miscigenação distante do que é apresentado no filme *blockbuster*. E também não estão sendo aprovadas nas cotas raciais.

O futuro e a consciência mestiça

“Em alguns séculos, o futuro pertencerá à *mestiza*. Porque o futuro depende da quebra de paradigmas, depende do cruzamento de duas ou mais culturas. Ao criar um novo *mythos* – isto é, uma mudança na forma como percebemos a realidade, na forma como nos vemos e nas formas como nos comportamos – *la mestiza* cria uma nova consciência” (ANZALDÚA, 1987, p.110, tradução nossa)

Conforme apresentado no início da reflexão, o contexto de combate ao racismo brasileiro é profundamente moldado pelas teorias originadas nos Estados Unidos. Entretanto, para desvelar narrativas mais afins à realidade brasileira acerca de questões étnico-raciais, descobrimos um alento na figura de uma autora referência na discussão do que ela chama de Consciência Mestiça. Gloria Anzaldúa é uma intelectual e mulher de origem mestiça, oriunda de uma linhagem que combina raízes indígenas e hispânicas. Nasceu na área de fronteira situada entre o Texas e o México e tem muito a contribuir para os dilemas de identidade enfrentados atualmente pelos pardos brasileiros.

Em um momento de seu livro "*Borderlands - La Frontera*", Glória Anzaldúa expressa suas frustrações em relação à inadequação e à ambiguidade na experiência dos chicanos, que são pessoas de ascendência mexicana mas que nasceram e vivem nos Estados Unidos. Essa experiência ressoa profundamente com as narrativas previamente discutidas. Em contexto "gringo", isto é, na cultura norte-americana, os chicanos lidam com uma excessiva humildade, auto-anulação, vergonha e autodepreciação. Em relação aos latinos, há uma sensação de inaptidão linguística e desconforto, pois embora tenham raízes latinas, não nasceram na América Latina. Com os nativos americanos, Anzaldúa observa que os chicanos sofrem de uma "amnésia racial", ignorando os laços sanguíneos compartilhados e carregando uma culpa associada à parte espanhola de sua ascendência, que tomou terras e oprimiu os indígenas. Essas experiências se entrelaçam com um profundo sentimento de vergonha racial. (ANZALDÚA, 1987) As pessoas pardas em meio a esse contexto de exclusão apresentado anteriormente acabam por experimentar um

deslocamento muito semelhante, principalmente a culpa associada à parte branca de nossa ascendência, muitas vezes, portuguesa.

Em oposição às teorias amplamente disseminadas na atualidade, que tentam introduzir na cultura brasileira um sistema de identificação binário, em que os indivíduos são categorizados como negros ou brancos, e pessoas mestiças são compelidas a escolher um lado, assim como a abordagem tradicional dos Estados Unidos, Glória Anzaldúa argumenta que a consciência mestiça cultiva uma capacidade de lidar com contradições e ambiguidades. Para ela, a consciência mestiça dá às pessoas mistas a habilidade de equilibrar diferentes culturas. Isso resulta em uma personalidade plural, operando de maneira pluralista, onde nenhum aspecto é descartado, seja bom, mau ou desagradável. Nada é rejeitado ou abandonado. Ela diz que “*la mestiza*” não apenas encara as contradições, mas também transforma a ambivalência em algo novo e transformador.(ANZALDÚA, 1987)

“O trabalho da consciência mestiça é quebrar a dualidade sujeito-objeto que a mantém prisioneira e mostrar na carne e através das imagens em seu trabalho como a dualidade é transcendida. A resposta para o problema entre a raça branca e a negra, entre machos e fêmeas, reside na cura da divisão que se origina no próprio fundamento de nossas vidas, nossa cultura, nossas línguas, nossos pensamentos. Um desenraizamento maciço do pensamento dualista na consciência individual e coletiva é o começo de uma longa luta, mas que pode, em nossas melhores esperanças, nos levar ao fim do estupro, da violência, da guerra.” (ANZALDÚA, 1987, p,111, tradução nossa)

G. Reginald Daniel, citado anteriormente, é também um pesquisador proeminente no campo da multiracialidade, cuja contribuição foi crucial para a compreensão desse fenômeno em diversos contextos, incluindo o Brasil. Suas obras significativas, como “*More than Black*” e “*Race and Multiraciality in Brazil and the United States: Converging Paths?*”, exploram em detalhes a questão. Na segunda obra mencionada, Daniel investiga o contraste entre os Estados Unidos e o Brasil no reconhecimento das identidades multiraciais. Ele aponta que enquanto os EUA caminham para reconhecer tais identidades, o Brasil, por outro lado, está tendendo a adotar sistemas binários.

A trajetória de Daniel foi dedicada a defender a mestiçagem como uma experiência complexa e única que desafia as noções tradicionais de raça e identidade. Ele salienta a importância da autoidentificação na compreensão da multiracialidade. O autor ressalta que

permitir que pessoas multirraciais expressem e afirmem suas identidades de forma autêntica é fundamental, sem restringi-las às categorias raciais binárias (branco-preto). Ele critica o sistema binário, evidenciando sua origem problemática, que foi na chamada Lei de uma Gota de Sangue. Em concordância com Anzaldúa, Daniel argumenta que reconhecer a diversidade multirracial é vital para a construção de sociedades inclusivas e justas.

Considerações Finais

Com a aposta bem-sucedida de Pantera Negra a indústria cinematográfica buscou explorar a representatividade de outros grupos, em 2022 a obra Pantera Negra: Wakanda Para Sempre, trouxe também a representatividade dos povos indígenas da região do México, contemplando o público latino-americano. Já o filme Mulher Rei, também lançado em 2022 contou com um elenco de atores majoritariamente negros e, de forma inédita no cinema, deu protagonismo às mulheres negras na narrativa.

Um contraponto positivo em relação às problemáticas apresentadas nesse artigo, foi que tivemos nessa obra uma relevante manifestação midiática representativa dos mestiços: o personagem Malik. Malik, sendo fruto da miscigenação entre um europeu e uma africana, personifica o fenômeno do não pertencimento racial nas telonas. No filme, há uma cena em que uma das protagonistas encontra Malik e, de forma crítica, comenta que ele não pertence nem à tribo africana, nem à europeia. Jordan Bolger, o ator que interpretou Malik, expressou seus sentimentos no Instagram ao compartilhar o vídeo dessa cena. Na legenda, ele mencionou que esse tipo de comentário é algo que ele já ouviu repetidamente em sua vida. Não por coincidência o personagem é brasileiro. A partir dele, podemos nos encaminhar para a finalização da reflexão deste trabalho de pesquisa celebrando uma representação digna dos desafios que mestiços enfrentam e também, vislumbrando um sinal promissor de inclusão da diversidade parda no cinema.

Outras representações relevantes a serem destacadas são recentes movimentos de resistência parda que permeiam as plataformas de mídia social. Comprovando que esses espaços não se limitam a ataques e exclusões de pardos “impedidos de entrar em *Wakanda*”; pelo contrário, eles são também ocupados pela expressão de união e compartilhamento de vivências. Como exemplo temos o perfil no instagram de Camila Dantas "@BarradaNosPortõesdeWakanda" em que a produtora de conteúdo faz

postagens com muitas referências bibliográficas discutindo o lugar de fala dos pardos. E também o trabalho, também no Instagram, de Arthur Vinih “@arthurvinih”, um artista e produtor de conteúdo que criou o quadro “Portaria de Wakanda” em que ironiza e questiona essas situações de exclusão em formato de humor crítico.

Não poderia encerrar sem ressaltar o perfil @parditude, criado por Beatriz Bueno, a estudante responsável por esta pesquisa. Atualmente, mantenho uma comunidade de cerca de 40 mil seguidores por meio desse perfil no Instagram. Nesse espaço, compartilho informações relacionadas às minhas investigações acadêmicas e, mais significativamente, defendo o direito à afirmação da identidade parda. Esta causa ocupa e continuará a ocupar um lugar primordial em minha trajetória de vida. O tamanho e as proporções que este trabalho tem tomado nas mídias sociais evidenciam a carência por representatividade e por soluções para as questões aqui apresentadas. No perfil @parditude criei uma postagem com título “Foi barrado em Wakanda? Talvez você não seja uma Pantera Negra e sim um lindo leoPARDO”. A reflexão feita nessa postagem e sua reverberação positiva de quase 5 mil curtidas e 400 comentários com diversos desabafos desencadearam o presente trabalho aprofundado.

Este estudo visa dar visibilidade à complexidade da identidade das pessoas pardas e seus reflexos nas mídias. Além disso, promove a representatividade acadêmica, que também é baixa e quase nula pensando parditude como experiência racial autônoma e diferente de negritude. Estimulando assim um debate mais inclusivo e amplo sobre raça e identidade no Brasil, considerando perspectivas latino-americanas e contribuições teóricas de estudiosos que têm conclusões sobre identidade mestiça diferentes das que estão populares atualmente. Por meio de um lugar de fala legítimo, visio contribuir para uma maior compreensão da construção de subjetividade mestiça, afirmação de identidade, seus desafios e disputas políticas contemporâneas em meio ao termo “pardo”, bem como promover uma reflexão sobre a necessidade de discussões raciais mais autênticas, que respeitem a diversidade étnica e racial do contexto brasileiro e latino-americano.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, S. L. de. **Racismo estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019. E-book. 264p. Feminismos Plurais: Coordenação de Djamila Ribeiro.

ANZALDÚA, Gloria. **Borderlands/La Frontera: The New Mestiza**, 5ª edição (p. 110). Tia Lute Livros. Edição do Kindle.

CARNEIRO, Sueli. **Racismo, Sexismo e Desigualdade no Brasil: Consciência em Debate**. [S. l.: s. n.], 2011.

DANIEL, G. Reginald. **Race and Multiraciality in Brazil and the United States: Converging Paths?**. 1. ed. [S. l.]: Penn State University Press, 2007. 384 p.

FELLET, João. **EUA caminham para modelo brasileiro de identificação racial, diz sociólogo americano**. BBC News Brasil, Washington, p. 1, 13 jan. 2016. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/01/160112_neymar_racismo_jf_cc. Acesso em: 16 ago. 2023.

MORAES, Fabiana. **O limbo dos pardos e o desafio de definir quem é negro**: Cancelamento do curso de medicina de uma estudante prestes a se formar expõe um impasse ao estabelecer uma negritude e o enorme racismo que dificulta o trabalho de comissões de heteroidentificação. The Intercept Brasil, [S. l.], 14 dez. 2021. Disponível em: <https://www.intercept.com.br/2021/12/14/limbo-dos-pardos-e-o-desafio-de-definir-quem-negro/>. Acesso em: 16 ago. 2023.

MULHER REI. Direção: Gina Prince-Bythewood. Roteiro: Dana Stevens. Estados Unidos: Sony Pictures Releasing, 2022. Disponível em: HBO Max. Acesso em: 6 dez. 2022.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a Mestiçagem no Brasil: Identidade Nacional versus Identidade Negra**. [S. l.: s. n.], 1999

NOGUEIRA, Oracy. **Preconceito racial de marca e preconceito racial de origem**. [S. l.: s. n.], 1955.

RIBEIRO, Darcy. **O Povo Brasileiro: A formação e o sentido do Brasil**. [S. l.: s. n.], 1995.

SILVA, E.; NASCIMENTO, L.; ALMEIDA, Y. **Pantera Negra: A construção de identidades através da diegese do filme comercial**. Bahia: Intercom, 2018.